

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Ana Cláudia Capellari de Souza Borges

FONTES JORNALÍSTICAS E AGENDAMENTO:
UM ESTUDO SOBRE A REPORTAGEM “DEPUTADOS
ESTADUAIS USAM COLEÇÃO DE FRAUDES PARA
DESVIAR DINHEIRO PÚBLICO”

Passo Fundo

2017

Ana Cláudia Capellari de Souza Borges

FONTES JORNALÍSTICAS E AGENDAMENTO:
UM ESTUDO SOBRE A REPORTAGEM “DEPUTADOS
ESTADUAIS USAM COLEÇÃO DE FRAUDES PARA
DESVIAR DINHEIRO PÚBLICO”

Monografia apresentada ao curso de graduação em Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação da prof^a. Dr. Bibiana de Paula Friedrichs.

Passo Fundo

2017

“Ideias e somente ideias podem iluminar a
escuridão”. Ludwig von Mises

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade compreender o papel das fontes jornalísticas como agentes de agendamento dentro da reportagem investigativa “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público”, do jornalista da RBS TV Giovani Grizotti, veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo, em junho de 2015. Para tanto, esta pesquisa abordou o conceito de Jornalismo Investigativo¹ (JI) traçado pelos autores Fortes (2005) e Sequeira (2005). Para as fontes jornalísticas, o conceito abordado partiu de Lage (2003) e Henn (1996). Foi utilizado como base para análise das fontes jornalísticas a matriz das fontes de notícias feita por Schmitz (2011). Para tratar sobre as teorias do jornalismo, em especial a que diz respeito ao agendamento e desdobramentos, os estudos utilizados foram de McCombs (2009) e Hohlfeldt (2001). A metodologia usada na pesquisa é o estudo de caso proposto por Martins (2008). Com a utilização do estudo de caso, juntamente a tabulação dos eventos significativos, foi possível analisar a reportagem indicada.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que na reportagem foram encontradas 23 fontes. A maior parte das fontes jornalísticas são identificadas (17) e oficiais (10). Foi verificado também através da análise o papel das fontes jornalísticas dentro da reportagem e uma fonte foi considerada a disparadora, pois forneceu a informação base para a construção da reportagem e por meio dela agendou o jornalista. O jornalista, por sua vez, com a construção da narrativa agendou o tema corrupção nas assembleias legislativas à agenda pública.

Palavras-chave: Fontes jornalísticas. Jornalismo Investigativo. Teoria do Agendamento. Giovani Grizotti.

¹ Será utilizada a expressão “Jornalismo Investigativo” com as iniciais em letras maiúsculas para distinguir o uso conceitual do termo das demais expressões referentes ao jornalismo, para enfatizar que é preciso abandonar a ideia simplista, porém verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo para poder absorver o seu conceito

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Matriz de classificação das fontes de notícias segundo estudo de Schmitz.....	36
Tabela 2 – Tabela com o compilado das fontes jornalísticas encontradas na reportagem.....	38

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 - Neuromar Gatto manuseia uma folha de papel 39
- Imagem 2 - Anotação de Gatto com o nome dos assessores fantasmas.....40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 O QUE É O JORNALISMO.....	09
2.1 Teoria Construcionista	09
2.2 <i>Newsmaking</i>	10
2.3 Noticiabilidade e valores notícia	11
2.4 Agenda-setting.....	12
3 FONTES JORNALÍSTICAS	15
3.1 Classificação das fontes jornalísticas.....	18
3.1.1 quanto a categoria.....	18
3.1.2 quanto ao grupo.....	18
3.1.3 quanto a ação.....	22
3.1.4 quanto ao crédito.....	22
3.1.5 quanto a qualificação.....	23
3.2 Fontes no Jornalismo Investigativo.....	24
4 JORNALISMO INVESTIGATIVO.....	26
4.1 Definição.....	26
4.2 Histórico.....	28
4.3 Características das reportagens investigativas.....	29
4.4 Dilema da ética jornalística.....	32
5 FONTES JORNALÍSTICAS E AGENDAMENTO.....	34
5.1 Apresentação do objeto.....	34
5.2 Metodologia.....	35
5.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a relação entre fontes jornalísticas, Jornalismo Investigativo (JI) e agendamento é entrar em um campo da academia onde não há uma gama de estudos disponíveis e onde as dúvidas permeiam este cenário. Parte-se aqui da crença de que as fontes são parte essencial para a construção de qualquer material jornalístico - ainda mais no investigativo - e que elas possuem diversos níveis de proximidade com os jornalistas; no que contam e para quem contam também. No Jornalismo Investigativo não seria diferente. A relação estabelecida entre o jornalista e a fonte se dá de uma forma especial dos demais ramos do jornalismo. Dessa maneira, como objetivo central da pesquisa busca-se compreender na reportagem investigativa “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público”, exibida em junho de 2015, no programa Fantástico, da Rede Globo, o papel que as fontes jornalísticas desempenharam como agentes de agendamento. Para tanto, este trabalho busca analisar a relação entre as fontes jornalísticas e o JI e como a primeira influencia o segundo. Como objetivos específicos da pesquisa estão: entender de que maneira as fontes jornalísticas conseguem pautar temas aos jornalistas; analisar as notícias de acordo com o espectro de que elas não são um espelho da realidade vivida, mas sim uma construção definida pelo próprio jornalismo.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro, que corresponde às teorias do jornalismo, julga-se necessário destacar, sob a perspectiva de Traquina (2013) e (2012), Pena (2015), Hohlfeldt (2001) e McCombs (2009) o que a teoria construcionista, a do *newsmaking*, a do agendamento e os valores-notícia, dizem sobre a profissão e o modo de fazer jornalismo. No segundo capítulo, a conceituação de fontes jornalísticas, sob o embasamento de Lage (2003), Henn (1996) e Schmitz (2011) é feita. No terceiro capítulo desta monografia é abordado, segundo os autores Fortes (2005) e Sequeira (2005), a definição, histórico e características das reportagens que marcam o Jornalismo Investigativo. Também é citada, segundo a visão dos autores, a razão de o JI precisa ser tratado como uma tipificação à parte dos demais do jornalismo para entender o seu conceito. O método utilizado neste trabalho é o estudo de caso exploratório, que é definido a partir do estudo de Martins (2008). Para tanto, será utilizado como marcador de análise a matriz de tipificação das fontes jornalísticas feita por Schmitz (2011).

2. O QUE É O JORNALISMO?

Não obstante, os jornalistas e pessoas ligadas à comunicação escutam a pergunta “o que é o jornalismo?”. A resposta pode ser ampla e em muitas vezes complicada de se responder. O jornalismo pode ser explicado pelo viés de que conta o que está acontecendo. Quando alguém pergunta o que está acontecendo, por exemplo, na Venezuela, na França ou até mesmo em Brasília. Quando alguém pergunta quem ganhou o jogo de futebol do domingo à tarde. Ao longo de décadas, as pessoas têm vontade de estarem informadas e o são através do jornalismo. Fazem questionamentos que os jornalistas buscam responder através de materiais jornalísticos específicos para cada meio de comunicação e para cada público.

Ligado a isso, soma-se o fato de que o jornalismo está inserido no campo profissional, social e também intelectual. São muitas as críticas feitas ao modelo do jornalismo tradicional. Bourdieu (1997), por exemplo, é um dos autores que contesta e condena o monopólio que os jornalistas são, supostamente, acusados de exercer dentro do campo intelectual.

O jornalismo pode estar ligado também à ideia de democracia, à ideia de informar o público sem censura. Traquina (2012) afirma que há uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia. Bucci, no livro *Sobre Ética e Imprensa*, de 2000, afirma que o jornalismo “consiste [frequentemente] em publicar o que outros querem esconder, mas que o cidadão tem direito a saber. Isto é a notícia”.

Na busca da compreensão do que é o jornalismo e o quanto a profissão de jornalista pode ser importante em uma sociedade sem amarras ao Estado, julga-se necessário incluir as teorias que abordam o modo de fazer jornalismo e o impacto que causam. Dentre elas estão a teoria construcionista, a do *newsmaking* e a do *agenda setting*.

2.1 Teoria Construcionista

O jornalismo está longe de ser o espelho da sociedade. É, sobretudo, uma construção de uma suposta realidade. Pena (2015) acredita que a imprensa não reflete a sociedade, mas ajuda a construí-la. Entretanto, o autor ressalta que isto não quer dizer que as notícias sejam ficcionais ou que não tenham relação com a realidade. “Na verdade, o método construtivista apenas enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade” (PENA, 2015, p. 129).

O autor também entende que esse pressuposto está incluído na teoria do *newsmaking* e leva em conta critérios como noticiabilidade, valores notícia, constrangimentos sociais,

construção da audiência e rotinas de produção. “Ou seja, embora a notícia não se esgote na sua produção, é com ela que este modelo está preocupado” (PENA, 2015, p. 128).

2.2 NEWSMAKING

A teoria do *newsmaking* é mais uma teoria do jornalismo do que propriamente da comunicação, mas tem sido estudada sob a ótica comunicacional. Hohlfeldt (2001) acredita que esta teoria dá ênfase ao potencial transformador dos acontecimentos cotidianos virarem notícia. Pena (2015) conceitua a teoria do *newsmaking* e o seu foco da seguinte maneira:

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do *newsmaking* (PENA, 2015, p. 130).

No entanto, Hohlfeldt (2011) salienta que esta perspectiva do *newsmaking* evidencia uma suposta autossuficiência do jornalismo, visto que o processo comunicacional coloca-se com franca autonomia em relação às demais categorias sociais do jornalismo. “Por outro lado, do ponto de vista da teoria da comunicação, a hipótese do estudo é importante porque ajuda a entendermos o modo pelo qual a informação flui” (HOHLFELDT, 2001, p. 219).

Para Henn (1996), a produção das notícias, do que o *newsmaking* se ocupa na sua totalidade, está vinculada a uma cultura profissional visto que “as decisões tomadas na produção das pautas não são tomadas a partir de uma avaliação individual de noticiabilidade, mas sim de um conjunto de valores” (HENN, 1996, p. 79). O autor diz que a preparação das notícias está ligada a códigos, estereótipos construídos, expectativas, representações de papéis, rituais, convenções e etc.

No horizonte do *newsmaking* se colocam, dentre outros temas passíveis de estudo, os que abordam a filtragem de informação, o que pode ser chamado de teoria do *gatekeeper*. Para Traquina (2012), o *gatekeeper* “analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista” (TRAQUINA, 2012, p. 153). É uma teoria que aborda apenas um nível, o nível do indivíduo e confere a ele o poder de decidir o que sai em um veículo ou não. Segundo o autor, a teoria se torna limitada na concepção do trabalho jornalístico, pois o profissional está inserido em uma organização, que tem funções burocráticas.

2.3 Noticiabilidade e valores notícia

Noticiabilidade é um conjunto de critérios, operações e instrumentos para escolher, entre múltiplos fatos, uma quantidade limitada que pode virar notícia. “A noticiabilidade é negociada por repórteres, editores e diretores e outros atores do processo produtivo na redação” (PENA, 2015, p. 130).

A aplicação da noticiabilidade está baseada nos valores-notícia, que são os critérios usados para definir quais fatos virarão notícia. “Os valores notícia são usados para sistematizar o trabalho na redação” (PENA, 2015, p.131). Sendo assim, qualquer jornalista sabe dizer o que é notícia e o que não é com base no senso comum do que é valor-notícia, que é contextualizado no processo produtivo de cada veículo de comunicação.

Traquina (2013) define os valores-notícia como “óculos” que servem para ver o mundo e para o construir. “Eles são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham” (TRAQUINA, 2013, p. 91).

O mesmo autor salienta que um dos pontos principais em relação à problemática dos valores notícia é a distinção entre valores-notícia de seleção e os de construção. O autor lembra que foi Mauro Wolf quem mostrou que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística e no processo de elaboração da notícia a construção da notícia.

Dessa forma, os valores de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas usam na seleção dos acontecimentos e Traquina (2013) os divide em subgrupos. O primeiro subgrupo analisa os critérios substantivos, que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia, que são estes: a morte, a notoriedade, a proximidade, a novidade, a notabilidade, o inesperado, a infração e o escândalo. Já o segundo analisa os critérios relacionados ao contexto da produção das notícias, que são: a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade e o dia noticioso. Traquina (2013) define os valores-notícia de construção como “linhas-guia” para a apresentação do material jornalístico. Essa linha sugere o que pode ser realçado em uma matéria, o que pode ser omitido e até mesmo que não deve entrar na notícia e são eles: a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

2.4 AGENDA SETTING

A teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, é uma teoria do jornalismo desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 1970. Segundo esta teoria, a mídia determina a pauta (em inglês, *agenda*) para a opinião pública ao destacar ou ofuscar, preferir temas em detrimento de outros. O jornalista Walter Lippman (1922) contribuiu para esta tese, com a “hipótese do agendamento”, que serviu de base para McCombs e Shaw posteriormente. Os pesquisadores confirmaram a ideia de que a mídia tem o poder de contribuir para projeção dos acontecimentos na opinião pública.

Segundo Fernandes (2003), em seu artigo *A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas*, “é um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá”.

McCombs (*apud* SILVA JUNIOR et al, 2008) diz que a teoria “se preocupa com a agenda dos meios de notícia e a agenda da sociedade, e como são colocadas às notícias em termos de ideias e opiniões que tentam persuadir o público”.

O autor ainda admite que haja diferença entre o agendamento proporcionado pelos meios impressos (jornais e revistas) e pela televisão, e completa: “Em países onde a televisão é muito forte os estudos devem enfatizar esta mídia. Há uma grande variação das pesquisas ao redor do mundo” (*apud* SILVA JUNIOR et al, 2008). O autor define os elementos para o agendamento dos temas, que são os efeitos e atributos das notícias, e descreve a diferença. “Quando falamos em agendamento básico, estamos falando da atenção dada pela mídia a determinados assuntos. Mas quando a mídia fala a respeito de um determinado objeto, ela o descreve de certa forma, a mídia nos fala de alguns atributos [que este objeto ou acontecimento tem]” (*apud* SILVA JUNIOR et al, 2008). McCombs (*apud* SILVA JUNIOR et al, 2008) ainda comenta que o melhor exemplo, segundo sua visão, de atributo de agenda, é sobre os candidatos políticos já que “as características desses candidatos que a mídia nos mostra será o padrão daquilo que é falado sobre os candidatos”.

Entretanto, McCombs (2009) no livro “A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública” quando questionado se há um veículo mais poderoso do que outro, no que se refere ao agendamento, ele responde: “Isso depende”. O autor acredita que depende da situação se um veículo supera o outro ou se há diferença entre o impacto do agendamento. “Afinal, a evidência da influência do agendamento da mídia cobre uma ampla variedade de situações em termos de geografia, períodos históricos, ambientes políticos, uma variedade de temas e organizações noticiosas” (MCCOMBS, 2009, p. 82).

Já Hohlfeldt (2001), prefere falar em hipótese do agendamento e não em teoria. Uma teoria, na visão do autor, é um paradigma fechado e desta forma sem complementações. Uma

hipótese para o autor é algo que ainda está em aberto e que pode ser complementado com outras opiniões e experiências. “Se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica” (HOHLFELDT, 2001, p. 189). Pelo contrário, ao se chamar de hipótese, há a possibilidade de abrir caminhos a outros pontos de vista.

O autor lembra que os pressupostos da hipótese do agendamento são múltiplos, porém, destaca três fundamentais em sua visão. O primeiro é sobre o fluxo contínuo de informações. De manhã até a noite a sociedade é exposta a diversas informações. Esse processo, nas palavras do autor, provoca uma “avalanche informacional”, que leva as pessoas a um excesso de informações que se perdem quando não trabalhadas devidamente pelo receptor. O segundo ponto destacado é o de que os meios de comunicação influenciam o receptor a médio e longo prazo. Antigas teorias defendem que esta influência é de curto prazo. “Ou seja, é mediante a observação de períodos de tempo mais longos do que os habitualmente até então configurados que podemos aquilatar, com maior precisão, os efeitos provocados pelos meios de comunicação” (HOHLFELDT, 2001, p. 190). O autor cita como exemplo o caso da criação do Plano Real e o posterior lançamento do ex-ministro do Planejamento, Fernando Henrique Cardoso, como candidato à presidência da República. E, por fim, Hohlfeldt (2001) destaca que os meios de comunicação são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que a sociedade deve pensar e falar. Dessa forma, dependendo dos assuntos que venham a ser abordado ou agendado pela mídia, o público é quem termina por inclui-los igualmente em suas “agendas”. Para Hohlfeldt (2001, p. 191) “assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social”.

Após a teoria ser apresentada surgiram estudos e pesquisadores que puderam questionar o que McCombs e Shaw propuseram nos anos 1970. Antes de isso acontecer, os autores reconheceram que a pesquisa inicial dá ao jornalismo um poder limitado. Schmitz (2011) destaca que os próprios autores, 25 anos depois de terem apresentado a tese, se perguntaram: são os jornalistas que constituem a agenda ou estes apenas refletem uma agenda já estabelecida? Estabelecida pela fonte ou sociedade? Neste sentido, é lembrado do objeto desta pesquisa que é a reportagem investigativa do jornalista Giovani Grizotti da RBS de Porto Alegre “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público” (2015). Esta foi uma pauta que teve como protagonista a denúncia do ex-chefe de gabinete Neuromar Gatto contra o então deputado estadual gaúcho Diógenes Basegio (PDT). Após a exibição da reportagem, o mandato de Basegio foi cassado pelos colegas de Assembleia Legislativa.

Schmitz (2011) argumenta que McCombs reconheceu, em 2009, que as fontes jornalísticas podem definir as regras para o agendamento da mídia. Isso, na visão dos autores, gera uma relação de poder entre fonte e jornalista, já que uma assessoria, por exemplo, entrega a notícia pronta à redação de um jornal e o mesmo reproduz a notícia sem edições. Schmitz (2011) explica:

Se, em invés de serem pautadas, as fontes pautam, então se estabelece um poder que mede força com o “poder da imprensa”. Mas, as fontes não estão preocupadas com isso, e sim em estabelecer uma conexão estruturada para agendar os meios e comunicar-se com os seus públicos prioritários (*stakeholders*) e a sociedade (SCHMITZ, 2011, p.10).

Com a premissa de que as fontes são fundamentais na construção de todo e qualquer material jornalístico, as características, classificações e a importância das mesmas para o jornalismo serão temas vistos no capítulo seguinte.

3. FONTES JORNALÍSTICAS

O jornalista, para relatar todos os diversos acontecimentos de uma sociedade, precisaria estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Como não consegue, ele se utiliza de pessoas que estavam presentes em determinado acontecimento, documentos de registro de especialistas no assunto para apurar e compreender as informações relativas ao fato narrado. É o que chamamos de fontes jornalísticas. Elas são a base para a construção de notícias e, quando se tratam de pessoas, podem ter distintos interesses no que contam ao profissional. As fontes são definidas de diversas formas e podem ter diferentes níveis de proximidade e interesse no acontecimento que relatam ao jornalista. Segundo Schmitz (2011):

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p.9).

O predomínio das informações que são fornecidas aos jornalistas vem de personagens, cidadãos comuns ou de empresas, que participam de eventos ou fatos de interesse público. Segundo Lage (2003), na maioria das vezes, o jornalista obtém a informação através de uma fonte, já que “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta” (LAGE, 2003, p. 49) do profissional.

Isso significa que o jornalista depende da versão de uma pessoa para relatar um acontecimento. Ainda segundo o autor, a tarefa dos jornalistas é selecionar e questionar essas fontes, e também adotar outros aspectos técnicos das rotinas profissionais na produção de reportagens.

O jornalista se torna, então, um mediador entre o que considera real e o público que vai consumir o produto jornalístico oferecido. Pereira Junior (2006) define as fontes jornalísticas como um intermediário para entender o mundo. “Cada suspeita provisória de um especialista acaba por confirmar o horizonte de compreensão daquilo que é abordado numa reportagem” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 93). Na maioria dos casos, o jornalista já lida com um discurso pronto que é construído pelas fontes. Henn (1996, p. 52), diz que “ao invés de ser um cândido espectador da realidade, ele [o jornalista] já é um leitor de signos devidamente interpretados pelas fontes”. O autor ilustra a situação da seguinte forma:

Mesmo que o repórter esteja diante de um prédio em chamas, isso não basta para que ele consiga os subsídios necessários à relação da matéria. Ele terá que buscar o testemunho de diversas pessoas que possam responder certas perguntas necessárias à explicação da ocorrência. A causa do incêndio, a que horas começou, como se alastrou, se havia pessoas no interior do prédio, se existem vítimas, de que forma o

corpo de bombeiros está atuando, os prováveis prejuízos, transtornos no trânsito, enfim, uma série de quesitos que dependerão do relato de outros, e não somente da sua própria observação (HENN, 1996, p. 53).

De acordo com Lage (2003), as fontes de informação, inicialmente, não eram treinadas para desempenhar este papel de relatar o que acontecia aos profissionais da comunicação. Até a metade do século XX eram ouvidas apenas algumas pessoas que tinham determinada relação com os acontecimentos da cidade, em geral funcionários públicos e políticos. Com a ampliação das assessorias de imprensa, que acompanha o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o contato com instituições e pessoas consideradas notáveis passou a ser feito corriqueiramente e por intermédio de jornalistas contratados por elas. Empresas e instituições passaram a ter órgãos de comunicação no nível máximo das gestões, o que ajudou a transformar a mente dos dirigentes, empresários e representantes do poder público. O resultado deste processo de aceitação e consolidação das assessorias de imprensa foi a familiaridade e a compreensão dos diferentes personagens com o processo de coleta de informações, e, conseqüentemente, a formação de um grupo claro de fontes e canais por meio dos quais essas fontes contatam jornalistas e/ou veículos.

Entretanto, segundo o autor “essa transformação foi recebida com desconfiança: dizia-se que a existência de assessorias limitava o movimento dos jornalistas” (LAGE, 2003, p. 50).

Isso porque a informação “não pode ser mera extensão da publicidade comercial nem algo que se deva controlar inteiramente” (LAGE, 2003, p.51). Assim, tanto os papéis do repórter quanto das fontes ficaram mais nítidos e contribuíram para a profissionalização da categoria de jornalistas.

Para Schmitz (2011), o principal instrumento que as fontes usavam e ainda usam na relação com a mídia é o release. Na opinião do autor, este material era uma propaganda disfarçada, pois chegavam às redações via departamento comercial. Esse modelo predominou os 21 anos do regime militar (1964 – 1985) no Brasil. Nessa época, segundo o autor, há um aumento de assessorias governamentais. Segundo Lima (1985, p.45) “a busca pela informação começa a inverter-se, ou seja, ao invés do repórter ir diretamente à fonte, as fontes, representadas pelos inúmeros *press releases* de assessorias, passaram a inundar as redações” (apud SCHMITZ, 2011, p.43).

Sobre os releases, Schmitz (2011) observa de que, no Brasil, a partir da década de 1980, eles eram redigidos como se fossem uma notícia. Desse modo, ao jornalista cabia eventualmente o trabalho de checar as fontes. O meio de comunicação que usa o release não informa ao público a origem do texto e nem a autoria do mesmo, embora o jornalista da

empresa de comunicação possa assinar o material mesmo que não o tenha produzido. O autor acredita que essa atitude indica que o veículo assume e aprova as informações que constam no texto. Schmitz (2011) demonstra que a utilização dos releases provocou uma diminuição do Jornalismo Investigativo nas redações brasileiras, visto que a fonte por meio do produto encaminhado fornece o conteúdo jornalístico pronto.

No subtítulo do livro *La construcción de la noticia*, de 1989, intitulado *de Interrelações entre o jornalista e a fonte*, (traduzido pela autora), Alsina expõe três tipos de relação entre jornalistas e fontes. A primeira é a de total independência entre ambos, um distanciamento entre aquele que constrói a notícia e aquele que informa sobre a mesma. A segunda é a de cooperação entre fonte e jornalista, que significa que ambos têm objetivos comuns apesar de desempenharem papéis diferentes. Um deseja que a notícia seja publicada no jornal e o outro necessita de informações para construir a notícia. A última relação que o autor traz é de quando a fonte faz sozinha a notícia, como nos casos dos comunicados oficiais.

Para Alsina (*apud* SILVEIRA, 2003) essas relações são importantes porque é possível incluir as notícias produzidas a partir de uma única fonte, seja oficial ou não. A autora comenta que esta prática é comum entre os jornalistas e eles se contentam em recolher informações de uma só pessoa pela importância que ela tem ou o cargo que exerce. “O resultado vem a ser um texto monológico, que passa longe do texto ideal, o polifônico, aquele em que uma multiplicidade de vozes compõe a mensagem e reflete as reais contradições da sociedade” (SILVEIRA, 2003, p.123). É possível dizer, então, que a credibilidade jornalística está atrelada ao número de fontes que o repórter utiliza na construção do material.

3.1 Classificação das fontes jornalísticas

Há uma divergência quanto à classificação das fontes entre autores e manuais de redação de jornais brasileiros, como Zero Hora, Folha de S. Paulo e o O Globo. Segundo Schmitz (2011), “as tipificações são frágeis diante da variedade de fontes e das formas de interferência nos procedimentos jornalísticos” (SCHMITZ, 2011, p.22).

Por isso o autor propôs uma classificação de fontes jornalísticas, que será utilizada como base para análise desta pesquisa. Com esta classificação criada, que envolve cinco categorias e subcategorias, foi possível a realização de uma matriz de tipificação. O autor afirma que “hierarquizar as fontes é essencial na atividade jornalística” (SCHMITZ, 2011, p. 23).

A matriz de classificação envolve: Categoria (primária e secundária); Grupo (oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial); Ação (proativa, ativa, passiva e reativa); Crédito (identificada e anônima); Qualificação (confiável, fidedigna e duvidosa).

3.1.1. Quanto a **categoria**:

De acordo com Schmitz (2011), a categoria é relativa e contextual e pode ser definida como primária e secundária. Para o autor, a fonte é **primária** “por estar próxima ou na origem da informação” (SCHMITZ, 2011, p.24), desta forma abastece o jornalista com dados que podem ser confrontados com outros depoimentos. Já a fonte **secundária**, segundo Schmitz “contextualiza, interpreta, analisa comenta ou complementa a matéria jornalística” (SCHMITZ, 2011, p.24). É com esta fonte que o repórter pode repercutir os desdobramentos do fato.

3.1.2. Quanto ao **grupo**:

Para Schmitz (2011 p.24), “toda informação tem uma origem ou contextualização. Quem informa é reconhecido pela notoriedade, testemunha ou especialização”. A representação de uma organização, grupo social ou personalidade pode ser mediado através de uma assessoria de imprensa, porta-voz ou informante (autorizados ou não), mas que não são considerados por ele fontes em si.

Schmitz (2011) acredita que as assessorias de imprensa são pontes “por intermediar os interesses, opiniões, conhecimentos e relatos de eventos de quem assessora” (SCHMITZ, 2011, p 24). Ele acrescenta que nem o porta-voz pode ser considerado uma fonte jornalística, mas sim uma pessoa autorizada a dar informações que reflitam o pensamento oficial de quem

representa. Assim, executando essas figuras intermediárias, dentro do que o autor considera como grupo, há oito subdivisões, como já apontamos anteriormente: oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial.

Fonte **oficial** para o autor é alguém em função ou cargo público que se manifesta por órgãos mantidos pelo Estado. Prefeitos, vereadores, governadores e etc., são exemplos. Também podem ser consideradas fontes oficiais as pessoas que trabalham e exercem serviço em organizações agregadas do Estado, como juntas comerciais, cartórios, autarquias e companhias públicas. Schmitz (2011) define as fontes oficiais como “a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade” (SCHMITZ, 2011, p 25). Para Silveira (2003), um dos fatores que explica o frequente uso das fontes oficiais nas notícias é o ritmo das redações de jornais: elas, muitas vezes, operam com um número reduzido de jornalistas, que têm de fazer duas a três matérias por dia. “A falta de tempo desses profissionais é uma das razões que os fazem ir pelo caminho mais fácil, o que significa consultar as fontes oficiais, pois estas já possuem uma estrutura organizada para oferecer as informações” (SILVEIRA, 2003, p. 124).

A fonte **empresarial** é aquela, segundo o autor, que representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou agronegócios. Schmitz (2011) diz que essas fontes “estabelecem relações com a mídia visando preservar a sua imagem e reputação” (SCHMITZ, 2011, p 25).

A participação das fontes empresariais na mídia brasileira, segundo o autor, começou nos anos 1960, com as indústrias estrangeiras, automobilísticas e de higiene, por meio das agências de propaganda que encaminhavam textos para as redações via departamento comercial. Para Schmitz (2011), as empresas circulam na esfera pública e a influenciam, “ou seja, há uma dimensão pública inerente à prestação de contas, ampliada pelos conceitos de transparência e governança corporativa” (SCHMITZ, 2011, p. 50). Schmitz lembra que a Volkswagen é apontada como pioneira no sentido de ter uma estrutura para o atendimento à imprensa. O autor lembra também que com a redemocratização no Brasil, em 1985, e com a criação do código de defesa do consumidor em 1990, as empresas intensificaram a presença na mídia e criaram estruturas de comunicação interna. Assim, passaram a transitar pelas editorias e colunas de economia e negócios, principalmente de jornais e revistas, como fontes consideradas importantes.

Institucional é a fonte que representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. Schmitz (2011) destaca que esse tipo de fonte “ostenta uma fé cega naquilo que defende, o que coloca sob suspeita as informações que fornece” (SCHMITZ, 2011, p.25). O

autor ressalta que a fonte institucional tem a mídia como parceira para mobilizar a sociedade em torno de uma causa social.

A fonte **popular**, segundo o autor, é aquela que, geralmente, manifesta-se por si mesma; Exemplo: uma vítima, um cidadão reivindicador ou uma testemunha. Trata-se de uma pessoa comum que não fala por uma organização ou grupo social. Para Schmitz (2011), a fonte popular também é utilizada para contextualizar uma informação da vida cotidiana e é usada principalmente no jornalismo rotulado de “sensacionalista”. O autor acredita que esse gênero existe desde os primórdios da imprensa.

Fontes **notáveis** são as que são percebidas socialmente pelo seu talento ou fama: artistas, escritores, esportistas, profissionais liberais, personalidades políticas, que falam de si e seu ofício. O autor ressalta que apesar de os especialistas se considerarem notáveis, eles representam uma especialidade, um conhecimento reconhecido e que, por conta disto, merecem uma tipificação à parte.

Testemunhal é a fonte que “funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora” (SCHMITZ, 2011, p. 26). De acordo com o autor, essa fonte pratica o papel de “portadora da verdade”, desde que conte ao jornalista exatamente o ocorrido. Quando esta fonte é manipulada e não conta ao profissional da imprensa exatamente o ocorrido, ela deixa de ser testemunha. Para o autor, “não se suspeita que esse tipo de fonte oculte os fatos, pois é considerada independente, mesmo que não relate exata e fielmente o ocorrido” (SCHMITZ, 2011, p. 26). O autor ainda acredita que, quanto mais próxima ao fato, maior a credibilidade da fonte, pois ela se apoia na memória de curto prazo.

A **especializada** é aquela fonte de notório saber específico, como especialista, perito, intelectual ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. “Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos” (SCHMITZ, 2011, p.26). O autor comenta que esse tipo de fonte é utilizado principalmente no jornalismo científico. O jornalista, na maioria das vezes, não sabe sobre o assunto, mas conhece quem sabe e recorre ao especialista para estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema.

Além dos cientistas, são consideradas fonte especializada os peritos, consultores, intelectuais, profissionais especializados, bem como organizações ou grupos sociais que ocupem e transmitam um conhecimento específico. Schmitz (2011) acredita que estas fontes tendem à prolixidade, empregando termos técnicos e jargões. Pela posição de neutralidade, independência ou vínculo que assumem diante dos fatos ou a uma instituição conceituada, essa fonte, segundo o autor, pode ser considerada fidedigna e avalia o conteúdo jornalístico.

A fonte **referência** engloba livros, artigos, teses e outras produções científicas, tecnológicas e ou culturais. “Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias” (SCHMITZ, 2011, p. 27). A fonte referência pode ser ainda um documento histórico ou um banco de dados. Em relação aos dossiês, o autor reforça a ideia de que este documento deve ser seguro no que traz. “Deve ser de origem confiável e identificada, pois se constitui em prova em caso de denúncia” (SCHMITZ, 2011, p. 27).

3.1.3. Quanto à **ação**:

Schmitz (2011) acredita que as fontes, além de serem representativas, escondem ações e qualificações. De acordo com o autor, as fontes cada vez mais estão mobilizadas para intervir no jornalismo, “pois mantêm estruturas de comunicação, tendo entre seus profissionais, jornalistas experientes com passagens por redações” (SCHMITZ, 2011, p. 27). O autor acredita que as fontes agem de forma proativa, ativa, passiva e reativa e acrescenta que elas “agem conforme a sua conveniência, embora atuem aparentemente na perspectiva de colaborar com o jornalista” (SCHMITZ, 2011, p. 27).

A fonte **proativa** produz e oferece a notícia pronta ao jornalista, de forma antecipada. Schmitz (2011) entende que esse tipo de fonte utiliza uma estratégia de visibilidade e agendamento de suas ideias para neutralizar concorrentes e deseja através da publicação do conteúdo informado interferir na esfera pública. Esse fornecimento recorrente de notícias aos jornalistas tem o objetivo, de acordo com os critérios de noticiabilidade, “de garantir notoriedade e reconhecimento, tendo em vista a divulgação contínua de seus fatos e interesses” (SCHMITZ, 2011, p. 27).

Ativa é a fonte que mantém uma regularidade no relacionamento com a imprensa. Age de forma menos ostensiva que a proativa, cria canais de rotinas com a mídia, como por exemplo, entrevistas exclusivas e releases frequentes para facilitar o trabalho do jornalista. “Age de forma equilibrada, utilizando a mídia para defender os seus interesses e gerir a sua imagem e reputação perante os seus públicos e a sociedade” (SCHMITZ, 2011, p. 28).

A fonte **passiva** é aquela que só se manifesta quando é consultada e fornece somente das informações solicitadas. Schmitz (2011) ressalta que algumas fontes são passivas e não podem alterar essa natureza, como é o caso das referências, que estão disponíveis para consulta dos jornalistas.

Já a **reativa** é a fonte que age discretamente, sem chamar a atenção da mídia. Schmitz (2011) define a fonte reativa como aquela que diz ‘nada a declarar’. A posição inerte que esta fonte está pode em algum momento se alterar, embora a estratégia inicial seja a de permanência na defensiva.

3.1.4. Quanto ao **crédito**:

Para Schmitz (2011), o crédito é um elemento básico da produção jornalística e que toda fonte deve ser identificada. “Caso não seja claramente situada, identificada e confirmada, o jornalista abstém-se da informação ou negocia o sigilo” (SCHMITZ, 2011, p. 29). A fonte pode falar ou dar a informação e revelar a sua **identidade** (*on the record*) ou no anonimato (*off the record*).

Quando alguém presta uma informação em *on*, o jornalista pressupõe que a fonte almeja ser identificada. Schmitz (2011) explica o processo de identificação da fonte:

A identificação correta das fontes – nome (de preferência completo ou como a pessoa é conhecida), status, profissão, cargo, função ou condição a quem representa – além de orientar o público, dá o crédito a quem se dispõe a colaborar, cedendo a sua imagem, sem por isso, requerer direitos autorais (SCHMITZ, 2011, p. 29).

Já a fonte **anônima** é aquela que recusa se identificar ao dar uma informação ao jornalista. A relação de confiança deve ser mútua nesses casos.

3.1.5. Quanto à **qualificação**:

Para Schmitz (2011), as fontes apresentam qualificações distintas, “conforme a sua credibilidade, proximidade e relação com os jornalistas ou quando a informação é exclusiva ou partilhada” (SCHMITZ, 2011, p. 30). Essas qualificações ficam em confiável, fidedigna e duvidosa. O autor acrescenta que, mesmo em todos estes casos de qualificação de fonte, a suspeita deve pairar sob os jornalistas.

A fonte **confiável** é aquela que mantém uma relação estável com o jornalista por interesses mútuos. Schmitz (2011) acredita que essa relação “se estabelece pelo histórico de veracidade das declarações ou dados fornecidos de forma eficaz, isto é, a informação certa e verdadeira na hora esperada ou rapidamente” (SCHMITZ, 2011, p.31). O jornalista seleciona esta fonte por entender que elas são acessíveis e articuladas.

Para Rossi (1980), toda pessoa em tese pode ser uma fonte de informação, a diferença é que umas são mais autorizadas que outras. “Resta saber se são, também, mais confiáveis. O que só o próprio repórter, com sua experiência pessoal ou por informações de companheiros conhecedores do assunto, pode decidir” (ROSSI, 1980, p. 53). O autor ainda argumenta que com este tipo de fonte é fundamental que o jornalista cheque as informações com precisão e não descartar uma única fonte, por menos informação que ela possa ter. Um exemplo que Clóvis (1980) usa sobre a checagem dos fatos é a cobertura do caso da greve dos operários metalúrgicos do ABC Paulista que trabalhavam na *Volkswagem* do Brasil, em abril/maio de 1980. Assim, mesmo quando a fonte é considerada confiável, é preciso checar a informação. A empresa distribuiu aos jornais um comunicado oficial que informava o retorno, naquela data, da produção de veículos. Forneceu, inclusive, números de carros de cada marca produzida. Os jornais, em sua grande maioria, replicaram a informação que era contrária à que vinha dos operários em greve. Segundo os grevistas, as linhas de montagem de todas as indústrias continuavam paralisadas. Somente no dia seguinte à publicação do comunicado da empresa é que os repórteres que cobriam a greve decidiram checar a informação e entrar em uma fábrica. Lá fotografaram e comprovaram que as máquinas estavam paradas e poucos operários estavam no trabalho. “O caso da *Volkswagem* demonstra, claramente, a necessidade imperiosa de checar tudo e checar sempre, se o jornalista quiser de fato veicular informações corretas” (ROSSI, 1980, p. 56).

Schmitz (2011) define a fonte **fidedigna** como uma fonte que “exerce seu poder pela posição social, inserção ou proximidade ao fato” (SCHMITZ, 2011, p. 31). Apesar de não manter um histórico de confiança mútua, o jornalista busca esta fonte por necessidade de legitimar o que diz como correto.

A fonte **duvidosa** é a fonte que expressa reserva e suspeitas. Para o autor, a informação que esta fonte dá ao jornalista é considerada provisoriamente verdadeira até que se prove o contrário. O valor daquela informação dita é atenuado até que o profissional possa confrontá-la.

3.2 Fontes no Jornalismo Investigativo

As fontes no Jornalismo Investigativo (JI) desempenham um papel fundamental para a construção das reportagens. De acordo com estudiosos do assunto, o sucesso da investigação jornalística está em manter uma boa relação com as fontes.

As fontes são tratadas de maneira especial, pois, na maioria das vezes, não é possível identificá-las. Por exemplo, uma reportagem desse gênero pode estar baseada em uma fonte que não quer ser identificada, mas que, sem a qual, o conteúdo perderia força. Nesse caso, existem componentes éticos e legais envolvidos no processo.

Fortes (2005) relata que é comum os repórteres aceitarem que a fonte tenha algum poder de condução sobre o conteúdo investigado e produzido. “Fugir desse cativeiro é parte do esforço ético a ser empreendido individualmente por cada profissional, embora isso ainda passe longe da política geral das redações” (FORTES, 2005, p. 18).

Ele ainda ressalta que é preciso que o jornalista não ceda a pressões de seus chefes para revelar suas fontes, pois isto é um direito reservado que está previsto na Constituição Federal (1988). Contudo, mesmo que este direito seja assegurado, não significa, de acordo com Carvalho et al (2010, p. 106) “atribuir toda e qualquer informação a fontes que não queiram se revelar”.

Sequeira (2005) acredita que a relação entre a fonte e o jornalista é complexa e que requer deste último um escrupuloso rigor científico, confrontando todas as informações com fontes independentes que tenham interesses distintos e com provas documentais.

Rossi (1980) defende a honestidade no trabalho jornalístico para se cultivar uma fonte e que essa é uma função indispensável do jornalista. “O caminho correto é fazer-se respeitar pela irrestrita dignidade no comportamento pessoal e profissional” (ROSSI, 1980, p. 51).

É necessário ressaltar que a relação entre o jornalista e a fonte deve ser encarada também como uma relação ética. O repórter não pode obrigar a fonte a responder ou dizer algo que não queira: é necessário haver um entendimento. Carvalho et al (2015) defendem que, para produzir uma reportagem, é preciso cultivar boas fontes. Entretanto, os autores alertam que “fonte não tem que ser honesta, tem é que ter informação” (CARVALHO et al 2010, p.106). Com esta premissa, parte do jornalista a atitude de checar a história. Para entender melhor o recorte do jornalismo utilizado nesta pesquisa, o Jornalismo Investigativo, o histórico, definição e os dilemas da ética jornalística são assuntos do capítulo a seguir.

4. JORNALISMO INVESTIGATIVO

4.1 Definição

A definição de Jornalismo Investigativo (JI) varia de acordo com a interpretação dos jornalistas e pesquisadores. Segundo Nascimento (2010), há uma diferença entre o jornalista descobrir uma irregularidade na sociedade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade.

Algumas linhas teóricas defendem que todo jornalismo é investigativo, pois precisa checar analisar fontes e informações para depois veiculá-las. Entretanto, Fortes (2005) destaca que é preciso abandonar essa ideia simplista, porém verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo para poder entender o seu conceito.

O autor também ressalta a diferença dos processos investigativos para as demais rotinas jornalísticas, já que “o que diferencia o JI dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração” (FORTES, 2005, p. 30).

Ainda de acordo com Fortes (2005) uma das principais dificuldades que o Jornalismo Investigativo encontra é a que permeia a utilização dos mais diferentes e curiosos métodos para a obtenção de informação durante a investigação, precisamente a ética da atividade.

Segundo ele “tende a se misturar com uma atividade muito mais próxima do trabalho policial do que, propriamente, do jornalismo” (FORTES, 2005, p. 17).

Pena (2015) acredita que há repórteres que, além de fazer o papel policial, praticam atos proibidos aos próprios policiais. “A falsidade ideológica é a mais comum. Já as escutas telefônicas ou as gravações com câmeras escondidas só podem ser feitas com autorização judicial” (PENA, 2015, p. 202).

O autor ressalta que jornalistas não podem e nem conseguem recorrer ao judiciário para autorizar uma gravação antes de ter a pauta definida. Assim, os jornalistas gravam primeiro e depois arcam com as possíveis consequências judiciais. “Acredito que o recurso pode até ser válido, desde que o jornalista não tenha se passado por outra pessoa e que sua investigação seja realmente profunda” (PENA, 2015, p. 202). Nessa ótica, a questão ética toma uma proporção maior.

Por outro lado, Sequeira (2005) também destaca que a prática do JI é quase redundante, pois todo o jornalismo necessita de investigação para se tornar jornalismo. O que diferencia o Jornalismo Investigativo são os procedimentos, afirma a autora, quase que não convencionais de se ter a informação e o processo de construção das reportagens.

Observando o que diferentes autores afirmam pode-se dizer que um dos diferenciais do Jornalismo Investigativo para o factual está no objetivo do primeiro. Sequeira (2005) acredita que o Jornalismo Investigativo “visa esmiuçar os acontecimentos e denunciar

situações que prejudicam a sociedade” (SEQUEIRA, 2005, p. 74). Com base nisso, o profissional terá que usar de recursos que não são normalmente utilizados, porque as informações de checagem, nesses casos, geralmente não estão facilmente disponíveis ao público, quando muito são provas de um crime, portanto, são propositalmente ocultas. Este tipo de apuração é o que se pode chamar de Jornalismo Investigativo, onde a investigação é mais apurada e o faro jornalístico se faz mais presente.

Pena (2015) define Jornalismo Investigativo como um meio de aproximação da imprensa. “Se for exercido com responsabilidade, pode ser mais do que uma prática profissional: pode ser um instrumento cívico” (PENA, 2015, p. 204).

De acordo com Lopes (2002), há três linhas básicas de JI: produto da iniciativa pessoal, de reportagens especiais ou de assuntos de interesses público que pessoas ou instituições querem manter em segredo.

Lopes (2002) também salienta que é preciso delimitar com clareza estes limites expostos acima, pois, o Jornalismo Investigativo requer demandas especiais para a empresa de comunicação e para o profissional. Isso porque esse tipo de abordagem jornalística exige tempo para efetuar tal investigação, dinheiro e até mesmo talento do jornalista para averiguar com maior aprofundamento as informações recebidas e ou descobertas.

A ideia de Jornalismo Investigativo tende a ser facilmente ligada à ideia de democracia, ou seja, denunciar o que ninguém espera que a população saiba, seja algo relativo a pessoas, empresas, instituições ou até mesmo do governo.

Segundo Pena (2015) o Jornalismo Investigativo busca a informação primária. “Não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. Seu objetivo é transitar pelos bastidores das notícias” (PENA, 2015, p. 201). O autor reforça a necessidade do jornalismo investigativo para a sociedade no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia.

4.2 Histórico

Os primeiros trabalhos caracterizados como JI foram produzidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mais especificamente no ano de 1955, por jornalistas dos Estados Unidos.

Segundo Sequeira (2005), o jornalismo investigativo, na ótica norte-americana, começou a mudar na década de 1960, quando os dirigentes do prêmio *Pulitzer*² premiam uma reportagem investigativa que mostrou a corrupção policial na cidade da Filadélfia, no estado da Pensilvânia.

No entanto, a reportagem investigativa considerada por muitos jornalistas pioneira foi publicada na imprensa dos Estados Unidos em 18 de junho de 1972. Para Sequeira (2005, p.19) “o caso *Watergate*, cuja série de matérias começou a ser publicada em 1972 e culminou na renúncia do ex-presidente americano Richard Nixon, em 1974 é considerado um paradigma no jornalismo investigativo”. A investigação feita pelos repórteres Carl Bernstein e Bob Woodward, do diário *The Washington Post*, revelou um esquema de espionagem que o comitê de reeleição de Nixon fazia no prédio *Watergate*, sede do partido democrata da época.

A autora ainda destaca que na mesma década começa a surgir algo semelhante no Brasil. “[...] Depois de uma longa e tenebrosa temporada de arbítrio, era possível encontrar nos jornais reportagens denunciando atos do governo” (SEQUEIRA, 2005, p.18). A partir disso, o jornal o Estado de S. Paulo, em 1975, publicou uma série de reportagens, entre 1 e 4 de agosto, que denunciavam a vida de ministros e funcionários do alto escalão instalado em Brasília. Intitulada de “Assim vivem os nossos superfuncionários”, o jornal divulgou as reportagens em um cenário de pré-redemocratização. Estas publicações, segundo Sequeira (2005), renderam prêmios nacionais e implantaram o jornalismo investigativo no Brasil.

Na televisão, o Jornalismo Investigativo chegou mais tarde. De acordo com Bacellar e Bistane (2014, p. 65) as reportagens são datadas da década de 1990. “A partir do momento em que começaram a serem feitas, essas reportagens mostraram que o telejornalismo investigativo provoca impacto e resultados que nenhum outro veículo é capaz de conseguir”. Segundo as autoras, isso acontece devido ao poder da imagem e pela televisão ser um veículo eletrônico de comunicação de massa. Nesse sentido, as autoras citam como emblemáticas as reportagens *Favela Naval* (1997) e *Máfia dos Fiscais* (1999).

4.3 Características das reportagens investigativas

As reportagens de cunho investigativo têm características próprias. De acordo com o embasamento adotado por Sequeira (2005), para uma narrativa ser caracterizada como Jornalismo Investigativo, ela precisa ser produzida com base em informações originárias de

² Prêmio norte-americano concedido pela Universidade de Columbia aos jornalistas de destaque dos EUA. Foi instituído em 1917 após a morte de seu criador, Joseph Pulitzer, jornalista e editor.

trabalho de campo, fugindo de coberturas que se restringem às fontes oficiais. Deve-se fugir também do jornalismo feito de dentro das redações.

Já para Bacellar e Bistane (2014), o que diferencia as reportagens investigativas das demais é o tom crítico. “Investigação é um trabalho que exige fôlego, paciência e apuração criteriosa” (BACELLAR e BISTANE, 2014, p. 61). Acrescentam ainda que, essas reportagens conseguem denunciar corrupção, abuso de poder e na maioria das vezes mexem com instituições públicas, como por exemplo, o poder executivo e legislativo.

A denúncia, de acordo com as autoras, pode ser questionada, mas nunca desmentida. “Caso contrário é ‘denuncismo’ – como se convencionou chamar a divulgação de acusações infundadas ou mal apuradas” (BACELLAR e BISTANE, 2014, p. 61).

Esse tipo de prática pode denegrir a imagem de pessoas inocentes e podem afetar a credibilidade aferida ao jornalismo. De acordo com Bacellar e Bistane (2014), a investigação jornalística que a imprensa realiza junto a órgãos como o Ministério Público, como um ‘delator’ das irregularidades, é importante para a concretização de prisões e início de inquéritos. “A sociedade ganha porque os criminosos vão para a cadeia; o Estado porque, sozinho, não teria estrutura para levantar e apurar as denúncias” (BACELLAR e BISTANE, 2014, p.64). Acredita-se que, após esse trabalho e as reportagens irem ao ar, as instituições públicas se renovem internamente.

Carvalho et al (2010, p.78) acreditam que a reportagem investigativa significa algo que vai além do simples relato dos fatos e pode revelar algo até então desconhecido. É uma tarefa arriscada, semelhante ao ofício de um investigador, no sentido de levantamento de informações. Os autores também acreditam que o Jornalismo Investigativo é a “menina dos olhos” dos meios de comunicação, especialmente para a televisão. Uma reportagem investigativa pode chamar a atenção do público, tanto pela denúncia que traz quanto pela sequência de imagens. “Em geral, esse tipo de reportagem registra bons índices de audiência” (CARVALHO et al 2010, p. 78).

De acordo com Ferreira (2010), as reportagens de televisão têm um tempo médio de duração de 1 minuto e 05 segundos a 1 minuto e 30 segundos. “Ainda assim são a forma mais complexa e completa de apresentar a notícia na televisão” (FERREIRA, 2010, p. 25). Neste sentido, é lembrado do objeto de estudo desta pesquisa: a reportagem investigativa que contém 14 minutos e 04 segundos de duração total. Para a autora, a reportagem especial televisiva não diz respeito somente a quantidade de tempo que ocuparam no programa veiculado, mas sim a “repercussão que produziram pelo país, pelo esforço e tempo dedicados

na produção/investigação e pelo valor emblemático das suas consequências na consolidação da democracia no Brasil” (FERREIRA, 2010, p. 68). Já para Carvalho (et al, 2010), o que faz com que uma reportagem seja considerada especial é o tratamento dado a ela, tanto de conteúdo quanto estético. “Ela nos permite aprofundar assuntos de interesse público, que podem estar retratados em uma única reportagem ou em uma série” (CARVALHO et al 2010, p. 21).

Para Sequeira (2005), é a partir de um maior aprofundamento do repórter que a reportagem ganha o status de investigativa. Além de checar a informação e adotar fontes que não sejam as oficiais, a autora argumenta que, “só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas de trabalhos jornalísticos da atualidade, a reportagem se transforma em reportagem investigativa” (2005, p. 74).

Carvalho et al (2015) atenta para o uso de câmera escondida nas reportagens. Os autores acreditam que esta não é uma prática nova no jornalismo, porém, abre discussões editoriais. “Defendemos o uso dessa ferramenta a partir de dois princípios básicos: a informação deve ser de interesse público e caso seja o único recurso para conseguir a reportagem” (CARVALHO et al, 2015, p. 92). Da mesma forma, portanto, o jornalista tem, segundo os autores, o direito de não revelar a própria imagem, seja para conseguir a informação ou para evitar problemas relacionados à segurança.

Pena (2015) também alerta para os métodos não convencionais empregados nas reportagens. “Com relação às escutas e câmeras escondidas, a lei realmente precisa ser observada, mas não há como negar que determinadas reportagens que utilizaram esses recursos prestam, de fato, um serviço público” (PENA, 2015, p. 204). O autor ressalta que os profissionais da comunicação devem prestar atenção na interpretação jurídica para pensar na pauta, porém, não devem esquecer que este tipo de reportagem é lutar pelo direito de acesso a informações públicas.

Outro ponto levantado pelos autores é quando o jornalista fica no limite da lei. Fazem a indagação: “Até onde podemos ir em uma matéria investigativa? ” Julgam importante o bom senso “como norte de uma equipe envolvida numa matéria especial” (CARVALHO et al 2015, p. 93).

Fortes (2005) apresenta a teoria do Jornalismo Investigativo em oito fases que auxiliam na produção de uma reportagem e que devem ser utilizadas pelos jornalistas. Ele salienta também que todo processo jornalístico precisa de investigação, mas esta área em específico se diferencia das demais devido às circunstâncias do fato que o repórter está submetido, bem como sua empresa.

O primeiro passo indicado por Fortes (2005) é a pesquisa minuciosa. O autor aponta que uma das principais questões a serem vistas pelos repórteres são os detalhes que não são explorados e que passam despercebidos aos olhos dos demais profissionais. Para ele, “o olho do repórter investigativo tem que suplantar a pura curiosidade, assumir um quê de detetive mesmo” (FORTES, 2005, p. 30).

Outra maneira de conseguir passar por esta etapa é fugir das fontes oficiais e mais óbvias, procurando considerar qualquer hipótese como uma possível fonte e buscar mais informações sobre ela. “O olho do repórter é que vai descobrir por entre qual brecha se pode chegar à notícia” (FORTES, 2005, p. 31). Assim, é preciso ir além do convencional e buscar a informação nas mais diversas plataformas atualmente disponíveis.

A segunda etapa destacada por Fortes diz respeito à paciência e à concentração. As investigações demoram algum tempo para tomar forma e é preciso estar concentrado para que nenhum detalhe importante seja deixado de lado. Segundo o autor, a “boa investigação é demorada e recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos” (FORTES, 2005, p. 31). E tudo isto deve ser explorado, a fim de levar a informação completa e contextualizada ao público.

O terceiro ponto descrito pelo autor é a insistência e a perseverança, considerando que diversas informações que o repórter descobrir virão fragmentadas e dependerão de seu faro para apurá-las. Fortes (2005) recorda a máxima jornalística que se aplica às práticas de investigação: “notícia é tudo aquilo que alguém, em algum lugar, quer manter escondido. O resto é propaganda” (FORTES, 2005, p. 31).

O quarto passo explorado por Fortes (2005) para se ter uma reportagem investigativa é a curiosidade e a desconfiança. Partindo da ideia de que o Jornalismo Investigativo traz à tona algo que ninguém quer que seja descoberto, o repórter precisa ser o mais curioso e desconfiado possível.

A quinta fase citada pelo autor é a discrição. O jornalista que produz este tipo de reportagem precisa manter sua identidade em sigilo, para assim obter melhores resultados durante as investigações, o que pode ser o segredo para a produção de reportagens desse gênero.

Como sexta etapa deste processo, Fortes (2005) destaca que é necessário checar quantas vezes for necessário à informação, para que depois não haja nenhum erro ou algo que possa desmentir o que foi dito na reportagem. Para contrapor os fatos que saem na mídia existem as plataformas de *fact-checking*. Essas empresas checam diariamente e quase que instantaneamente as informações que são veiculadas. Um levantamento feito pelo *Duk*

Reporters' Lab mostra que há 114 times de checagem que atuam em 47 países. Na primeira vez que a entidade fez o levantamento da categoria, em abril de 2014, haviam apenas 44 plataformas ativas em todo o mundo. A Agência Lupa foi a primeira agência de notícias do Brasil a checar de forma sistemática a veracidade das informações veiculadas no país. Desde novembro de 2015, a Lupa acompanha o noticiário brasileiro de política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais.

Na sétima etapa deste processo se encontra, segundo Fortes (2005), o que ele chama de “libertação de preconceitos”. O repórter deve despir-se de seus preconceitos, princípios, religião e tudo aquilo que possa atrapalhar a investigação e o produto final dela.

O oitavo e último ponto citado por Fortes (2005) é que o jornalista deve ter frieza, objetividade e precisão. Objetividade para ser claro naquilo que se propôs a escrever, sem precisar atacar uma pessoa ou instituição para que sua reportagem seja considerada boa. Também segundo Fortes (2005), não há a necessidade de se criar polêmica em torno da reportagem.

4.4 Dilema da ética jornalística

Apesar de o Jornalismo Investigativo ter dado um salto em relação à sua evolução, este resultado tornou-se um dilema ético dentro das redações. A especialidade de investigar com mais afinco os fatos tornou-se mais cara e demandando mais recursos rápidos, mais trunfos jornalísticos e sem algum precedente de regras. Segundo Fortes (2005) a superexaltação ao Jornalismo Investigativo, então, mostrou-se ambígua.

Ao querer ter a informação em primeira mão e assim repassá-la, fez com que alguns profissionais pensassem sobre a questão da ética. A discussão começou a ser pautada através dos limites que a prática jornalística tem em apurar as informações, como por exemplo, o uso de câmeras escondidas ou grampos telefônicos.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007, p.1), no artigo seis, inciso “VII”, diz que é dever do jornalista “combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar informação”. Em outros incisos e outras letras, mais adiante, fala-se sobre a privacidade e o livre direito a expressão da imprensa.

Em suma: checar e averiguar as informações são preceitos éticos essenciais e aceitáveis, e segundo o que foi apresentado neste capítulo, não se comenta muito sobre como conseguir tais informações. Entretanto, em sentenças judiciais já divulgadas, ficou apontado que o interesse público (em casos de desvios de dinheiro público, por exemplo) deve estar acima do direito do indivíduo de não querer ter sua imagem usada sem prévia autorização.

5. FONTES JORNALÍSTICAS E AGENDAMENTO

Considerando que o objetivo deste trabalho é entender o papel das fontes jornalísticas dentro da reportagem “Deputados Estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público”, foi realizado uma revisão teórica sobre as teorias do jornalismo (construcionista,

agendamento, *newsmaking*), jornalismo investigativo e fontes jornalísticas, apoiado respectivamente nos seguintes autores: Traquina (2012) e (2013) e Pena (2015). Para o Jornalismo Investigativo, Fortes (2005) e Sequeira (2005). Por fim, nas teorias do jornalismo Hohlfeldt (2001), McCombs (2009). Com esta revisão foi buscado assinalar alguns dos principais aspectos teóricos que podem embasar a análise, sem necessariamente dar conta da totalidade das teorias. Foi escolhido essas matrizes para tentar responder alguns objetivos específicos que fundamentam a análise: entender a definição e histórico de jornalismo investigativo, bem como características que marcam os trabalhos jornalísticos desse gênero, em especial as reportagens de televisão; compreender o que são as fontes jornalísticas e classificação das mesmas e conceituar as teorias do jornalismo, particularmente a que trata sobre o agendamento, incluindo a teoria do *newsmaking* e construcionista.

Feito isso, e com vistas a responder o problema geral de pesquisa, acredita-se agora ser necessário debruçar-se sobre o objeto de estudo a reportagem “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público”. Posteriormente, é necessário especificar os termos metodológicos da análise: Um estudo de caso exploratório conforme mencionado anteriormente.

5.1 Apresentação do objeto

O objeto de estudo deste trabalho é a reportagem do jornalista da RBS TV (Rede Brasil Sul de Televisão), de Porto Alegre, Giovani Grizotti: “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público³”. A matéria contém 14 minutos e 04 segundos e foi veiculada no programa semanal da Rede Globo, Fantástico, em junho de 2015. Grizotti é um profissional que atua no jornalismo investigativo há mais de 20 anos e é um dos repórteres mais premiados do grupo RBS. De acordo com o ranking anual do Jornalistas & Cia (2017), o repórter ocupa a 7ª posição na lista dos profissionais mais premiados da história do jornalismo brasileiro. Uma das características que marcam o trabalho de Grizotti é o fato de que o rosto do jornalista não aparece durante as reportagens para a segurança do profissional.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/06/deputados-estaduais-usam-colecao-de-fraudes-para-desviar-dinheiro-publico.html>

A reportagem tem como pano de fundo a denúncia do ex-chefe de gabinete do então deputado estadual pelo Rio Grande do Sul Diógenes Basegio (PDT), Neuromar Gatto, sobre atos ilícitos que ocorriam na gestão de Basegio. Segundo Gatto, o ex-deputado mantinha funcionários “fantasmas”, ou seja, que de fato não exerciam o trabalho na Assembleia Legislativa gaúcha, e desviava parte do salário como recompensa. Neuromar Gatto apresenta uma série de documentos e gravações de vídeo que comprovam a ilicitude dos atos cometidos. Entretanto, a reportagem mostra outros casos de corrupção que envolvem assembleias legislativas em outros estados brasileiros e apresenta diversas fontes, que por meio de declarações e provas, corroboram com a denúncia inicial da reportagem, trazida pela fonte Neuromar Gatto.

Empiricamente, a autora acredita que esta reportagem oferece os subsídios necessários para a realização da pesquisa sobre o papel das fontes jornalísticas. Foi verificado, novamente de forma empírica, que nesta reportagem as fontes jornalísticas têm peso fundamental para o processo de agendamento do tema corrupção nas assembleias legislativas.

5.2 Metodologia

A metodologia escolhida para realizar esta pesquisa é o estudo de caso. Trata-se de uma avaliação qualitativa, que se preocupa em descrever, compreender, interpretar e explorar determinados fatos e fenômenos indiciados num caso específico: a reportagem referida. Para Martins (2008), esta estratégia de pesquisa analisa de forma profunda e intensa o fenômeno observado, pois o seu objetivo é o estudo de uma unidade social. O autor define:

Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado – problema de pesquisa -, o Estudo de Caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente na avaliação quantitativa (MARTINS, 2008, p.5).

Dentro das inúmeras possibilidades que o estudo de caso traz para análise, foi escolhida a tabulação dos eventos significativos, isto é, a observação, categorização (como forma de descrição), quantificação e organização dos principais aspectos ou elementos revelados pela reportagem em articulação com o objetivo da pesquisa. Este procedimento se materializa em uma tabela, seguida de análise qualitativa. Tal análise se estrutura em torno de

questões norteadoras para avaliar a participação das fontes jornalísticas no processo de agendamento da reportagem de Grizotti: **1. Qual fonte tem o maior destaque? 2. Qual é o papel dela na reportagem? E qual o papel das demais em relação a ela? 3. Por que determinado tipo de fonte aparece mais? O que ela está dizendo? O que isso significa? 4. De que forma, através das pessoas e documentos (fontes), a reportagem transforma um dado local num debate nacional? 5. Qual a relação entre fonte e câmera escondida? Eu posso chamar de fonte alguém que é gravado e não sabe?**

A primeira etapa desse processo, ou seja, a tabulação, utiliza a matriz de tipificação de Schmitz (2011) indicada no segundo capítulo deste trabalho para apontar categorias significativas de análise. A matriz, segundo o autor:

[...] estabelece um demarcação e inter-relação entre os tipos, grupos e classe de fontes. De posse dessa matriz, pode-se partir de qualquer tipo de fonte para ordenar uma relação mútua entre os diferentes quadrantes. Portanto, este sistema de classificação explicita as nuances e características de cada tipo. Ao mesmo tempo, forma um conjunto complexo, que conceituamos um a um para ordenar os atributos, como uma contribuição para uma introdução à teoria das fontes de notícias (SCHMITZ, 2011, p. 23).

Após assistir a reportagem será possível classificar as fontes a partir das categorias e subcategorias propostas pelo autor, que estão resumidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Matriz de classificação das fontes de notícias segundo o estudo de Schmitz.

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Popular Notável Testemunhal Especializada Referencial	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Anônima	Confiável Fidedigna Duvidosa

Fonte: Schmitz (2011)

O estudo de caso foi selecionado, pois é esperado que esta pesquisa descubra o papel das fontes como agente catalisador de Agendamento (teoria do agendamento) dentro da reportagem investigativa indicada. Como metodologia, ele delimita e possibilita a problematização do tema, de forma mais ampla do que uma pesquisa que se preocupa em

apenas quantificar os fatos. O autor acredita que com esta estratégia de pesquisa “independentemente de qualquer tipologia, orientará a busca de explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais complexos” (MARTINS, 2008, p. 11). Com a utilização deste método é possível produzir uma teoria que explique a proposição apresenta

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

Durante a análise da reportagem, que contém 14 minutos e 04 segundos, foram encontradas **23** fontes. O tipo fonte “**identificada**” foi o que mais apareceu, num total de 17. Dentro dessas 17 fontes, mais da metade – que corresponde a 10 - são **oficiais**. Ou seja, as fontes oficiais representam mais de 10% (1 minuto e 49 segundos) do tempo total da reportagem. Por tratar-se de uma pauta investigativa, as fontes oficiais (e que também são identificadas) podem dar crédito à reportagem e fornecer um respaldo legal para a comprovação da denúncia. Schmitz (2011) acredita que as fontes oficiais são as “preferidas da mídia” e que supostamente emitem a informação verdadeira ao cidadão. A fonte oficial é aquela está em função ou exerce cargo público que se manifesta por órgãos mantidos pelo Estado, como procuradores da justiça e promotores, por exemplo.

Tabela 2: Compilado das fontes jornalísticas encontradas na reportagem

Fontes oficiais	Fontes anônimas	Câmera Escondida
10 fontes (10% do tempo – 1 minuto e 49 segundos)	3 fontes (1,4% do tempo – 20 segundos)	5 pessoas foram gravadas (17% do tempo) - 2 minutos e 49 segundos

Apenas três fontes não mostram o rosto durante a matéria e são classificadas por Schmitz (2011) como fontes **anônimas**, como já descrito no segundo capítulo deste trabalho. Essas fontes ocupam o espaço de 20 segundos na reportagem, que corresponde a pouco mais de 1,4% do tempo total.

Outras três fontes também podem se encaixar no tipo **identificada**, entretanto, foram gravadas com câmera escondida e não sabiam que estavam de fato sendo uma fonte jornalística.

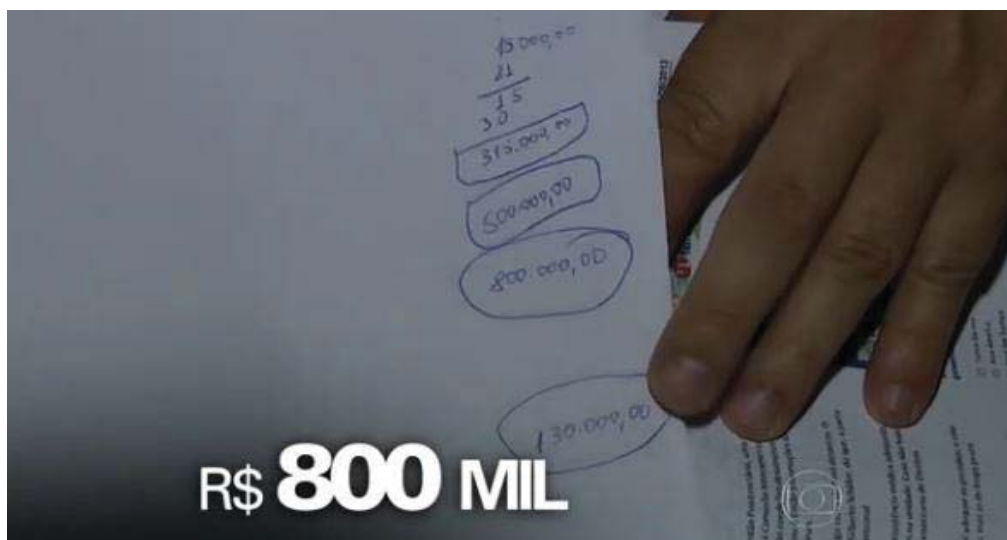
Na reportagem analisada, as gravações com câmera escondida ocupam 17% do tempo total da matéria, o que corresponde a 2 minutos e 49 segundos. A participação deste recurso supera o tempo em que as fontes oficiais aparecem na reportagem e supera também o tempo em que o principal acusado da denúncia inicial aparece. Diógenes Basegio, então deputado estadual, aparece em 47 segundos da reportagem, pouco mais de 3% do tempo total. Desses 47 segundos, mais da metade – 29 segundos – são de participação via gravação com câmera escondida feita por Neuromar Gatto. Os outros 18 segundos que completam a aparição de Basegio na reportagem são da declaração que o deputado faz ao próprio repórter.

A reportagem tem início com a denúncia que a fonte Neuromar Gatto (**identificada, primária, confiável e testemunhal**), ex-chefe de gabinete do ex-deputado estadual Diógenes

Basegio, apresenta por meio de documentos, anotações e gravações que ele próprio fez para justificar o que contou. Gatto se torna uma fonte testemunhal – que segundo Schmitz (2011) representa aquilo que viu ou ouviu, como participante ou observadora do acontecimento – pois comprova, por meio das declarações, anotações e gravações, que também fazia parte do esquema, que era um “arrecadador”. De acordo com o autor, esse tipo de fonte exerce o papel de “portadora da verdade” e, na maioria das vezes, conta o que realmente aconteceu ao jornalista. Apesar de ter fornecido a informação principal da reportagem, a matéria não é construída apenas com base nele: Gatto aparece em 7% do tempo total, que corresponde a 1 minuto e 9 segundos. Nenhuma outra fonte aparece mais do que ele, embora o total das fontes apresentadas por meio de câmara escondida o superem, totalizando 2 minutos e 49 segundos e a soma das fontes oficiais também, com 1 minuto e 49 segundos.

Além das gravações feitas pela reportagem, ele próprio (Gatto) utiliza gravações (sem autorização) que fez de Baseggio, durante conversas sobre o esquema, para comprovar sua delação. Contudo, também se apoia em documentos e anotações (fontes passivas e referenciais) de próprio punho, que supostamente foram assinaladas manualmente por observações do deputado. Abaixo imagens retiradas da reportagem que mostram as provas documentais que Gatto apresenta para consolidar a denúncia inicial

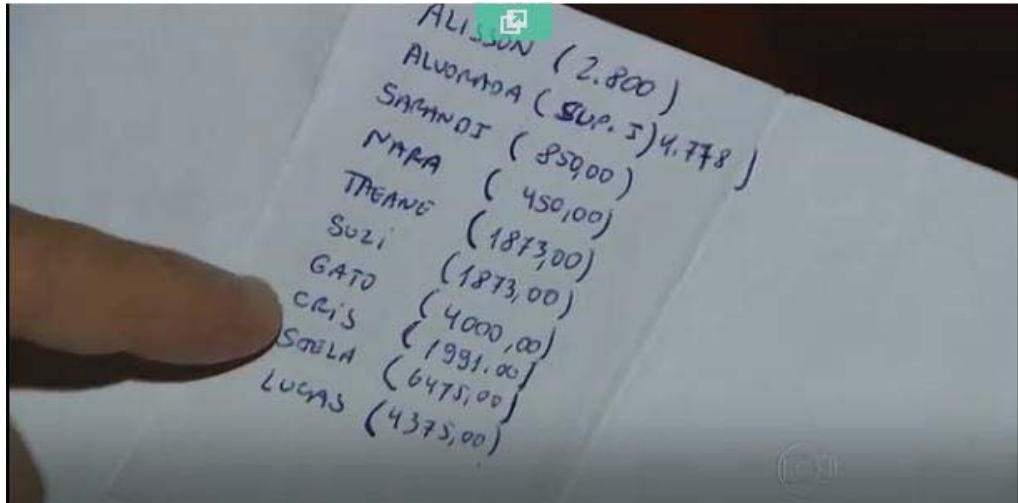
Imagem 1 Foto: Reprodução/Globo



Na imagem 1 é possível ver Neuromar Gatto manusear uma folha de papel em que, segundo ele, consta anotações feitas manualmente pelo deputado Diógenes Basegio (PDT) com o montante que poderia arrecadar por ano com o esquema de extorsão de assessores.

Na imagem 2 vê-se uma anotação de Gatto com o nome dos assessores fantasmas e ao lado o valor que cada um deles teria que repassar ao deputado.

Imagem 2 Foto: Reprodução/Globo



As demais fontes, oficiais e não oficiais (primárias, secundárias, institucional, confiáveis, anônimas e outras) também corroboram aquilo que o ex-chefe de gabinete denuncia ao repórter e, ao longo da reportagem apresentam, por meio de declarações, outras irregularidades cometidas em outros locais do país.

Neste sentido, as demais fontes trabalham em convergência com Gatto para afirmar que aquele fato não é isolado no Rio Grande do Sul. Com isso, a reportagem consegue transformar um dado local - deputado estadual do Rio Grande do Sul, suspeito de corrupção -, em um debate nacional.

O que interessaria para alguém do Amapá saber que um deputado gaúcho cometia atos ilícitos dentro do próprio gabinete, a ponto de a reportagem ser veiculada em cadeia nacional? Este detalhe passou a importar quando, além de Gatto, fontes do Amapá consultadas pela reportagem reforçaram a ideia de que a corrupção também podia estar naquela região. As fontes consultadas aproximaram o cidadão gaúcho do cidadão do Amapá. É como se o que Neuromar Gatto contou, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, tivesse algo em comum com quem mora no outro extremo do país. O jornalismo, que não é um espelho do que acontece na sociedade, constrói por meio de fatores externos e internos as redações o que será debatido na esfera pública (agendamento). Esses fatores podem estar ligados ao modo de selecionar quais acontecimentos podem virar notícia (*gatekeeper*) e também ao modo de produzir os acontecimentos previamente selecionados (*newsmaking*), por exemplo. Como já citado

anteriormente, Pena (2015) acredita que, apesar de construir a realidade, as notícias veiculadas pelo jornalismo não são ficcionais ou distante da realidade vivida, mas apenas explicitam uma construção previamente definida pelo jornalismo. Através da narrativa da reportagem, que buscou fontes e casos de outros estados brasileiros, constrói-se a ideia de que há corrupção de norte a sul no Brasil.

Outro aspecto que reforça o apelo nacional do tema e que talvez possa justificar o número de fontes consultadas (mais de 10), é o fato de a reportagem ter sido veiculada no Fantástico, programa dominical da Rede Globo, criado em 1973, que contém duas horas de duração. De acordo com o site Memória Globo, o Fantástico “é um painel dinâmico do que é produzido em uma emissora de televisão: jornalismo, prestação de serviços, humor, dramaturgia, documentários, música, **reportagens investigativas, denúncia**, ciência, além de um espaço para a experimentação de novas linguagens e formatos”. A primeira reportagem investigativa exibida no programa ocorreu no ano de 1992, de autoria do repórter Domingos Meirelles. Segundo ranking do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) de 08 de maio de 2017 a 14 de maio de 2017, que mede a audiência no horário nobre dos programas aos domingos, o Fantástico ficou na primeira posição dos programas mais assistidos entre 20h e 23h. No *Top 20* dos programas da TV Aberta Brasileira, o programa dominical aparece na sexta colocação. Com estes dados expostos, fica evidente a importância que o Fantástico tem para a televisão brasileira. A escolha do local de divulgação da reportagem, um programa de abrangência nacional, é um dos elementos que ajudam a construir a ideia de que a corrupção não é apenas um problema do Rio Grande do Sul, mas sim de todo o país. A reportagem, como já visto no terceiro capítulo, pode ser considerada especial não somente pelo tempo em que foi veiculada, mas por tratar de assuntos de interesse público. “O que [pode] torna [tornar] a reportagem especial é o tratamento muito mais primoroso, tanto de conteúdo quanto plástico” (CARVALHO et al 2010, p. 21).

Mais do que informar, as fontes têm interesses também. Interesse em prejudicar alguém? Interesse em se livrar, parcial ou totalmente, de uma pena jurídica? O real interesse das fontes não é presumível mapear nesta investigação, mas, é sabido que elas têm interesses ao escolher o quê contar para o profissional do jornalismo e a qual profissional contar.

Logo, Gatto exerceu a função de pautar o jornalista e agendar o tema publicamente, talvez mesmo sem imaginar o apelo nacional que esse agendamento teria. De acordo com Schmitz (2011, p. 10), “as fontes não estão preocupadas com isso, e sim em estabelecer uma conexão estruturada para agendar os meios e comunicar-se com os seus públicos prioritários

(*stakeholders*) e a sociedade”. Entretanto, a narrativa jornalística veiculada no Fantástico tem a função de fazer com que um dado local seja debatido por todos os brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel das fontes jornalísticas como agentes de agendamento dentro da reportagem investigativa de Giovani Grizotti “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público”. Para isso, foi utilizado o método de estudo de caso exploratório, que tem por missão interpretar e analisar os fatos do objeto escolhido.

Durante a análise foi possível constatar que a reportagem utilizou 23 fontes jornalísticas para tratar sobre o assunto corrupção nas assembleias legislativas. Dentre as 23 fontes, 17 foram catalogadas como identificadas. Considerando ser uma pauta com viés de denúncia, ter mais da metade das fontes consultadas na forma identificada, é um indício que a reportagem preocupou-se com a forma de legitimar as informações que trouxe. Além das identificadas, outro número que chama a atenção é a quantidade de fontes oficiais presentes na reportagem: 10. O respaldo legal do Estado mostrou-se outra preocupação da matéria; as fontes oficiais ocuparam 10% do tempo total da narrativa e demonstram aquilo que Schmitz (2011) em seu estudo sobre as fontes diz: as fontes oficiais são as preferidas da mídia. Se tratando de respaldo, a reportagem trouxe declarações de apenas três pessoas na forma não identificada, que corresponde a cerca de 1,4% do tempo total da matéria (20 segundos). Este dado somado ao número de fontes oficiais que participaram da construção da reportagem, evidencia que o jornalista Giovani Grizotti se preocupou em trazer as informações com o maior número de pessoas na forma identificada, para que se tenha legalmente a proteção judicial em situações futuras.

Ainda sobre as fontes identificadas, outras três fontes podem ser classificadas assim, no entanto, foram gravadas com o recurso da câmera escondida e, portanto, não sabiam que estavam sendo de fato uma fonte jornalística primária, conforme definiu Schmitz (2011). A relação entre fonte e câmera escondida é tênue e inúmeros jornalistas, inclusive o próprio Grizotti, já foram questionados acerca da legalidade do uso desse tipo de material. Neste sentido, acredita-se ser relevante algo que já foi mencionado no terceiro capítulo desta pesquisa: muitas vezes interesse público sobre os temas tratados podem se sobressair e as gravações podem ser utilizadas posteriormente como provas em um processo judicial. Este recurso esteve presente em 2 minutos e 49 segundos da reportagem, cerca de 17% do tempo total da matéria.

As câmeras escondidas superam o tempo em que o acusado da denúncia inicial da narrativa aparece. Diógenes Basegio aparece em 3% do tempo total da matéria. Considerando

a questão tempo, (embora outros aspectos possam reforçar esse prognóstico), pode-se dizer que o ex-deputado exerce um papel de coadjuvante na matéria, apesar de ser o acusado da denúncia inicial da reportagem.

É possível dizer, então, que as gravações com câmera escondida (três feitas por Neuromar Gatto e uma pelo repórter) constituem-se como prova e deixam o status de denunciamento da reportagem de lado. As informações originadas da gravação com o recurso de câmera escondida, polêmico dentro do jornalismo, são tão ou mais importantes que a informação de Gatto, pois servem para comprovar aquilo que o ex-chefe de gabinete denuncia inicialmente.

Logo, por todos os dados já mencionados anteriormente, Neuromar Gatto foi a fonte disparadora (o termo '*disparadora*' não existe nas bibliografias e pela análise da monografia fica claro que os estudos sobre as fontes jornalísticas e o papel que desempenham ainda são incipientes no meio acadêmico) visto que a reportagem teve início com a denúncia que o ex-chefe de gabinete expôs. Por isso, pode ser considerada a fonte principal, pois forneceu a informação base para a reportagem. A mesma fonte também finaliza a reportagem, ao mostrar e comprovar outra prática irregular cometida pelo então deputado. Através da denúncia que pautou o jornalista Giovani Grizotti foi desencadeada uma série de relatos de outras fontes (oficiais, secundárias, primárias, institucionais) que mostraram e comprovaram diferentes irregularidades feitas em outros estados brasileiros. A relevância da fonte é tamanha para a reportagem que, são necessárias cinco fontes originárias de câmara escondida (Alvaro Ambroz, Hedi Vieira, Paulo Marins, Diógenes Basegio e funcionário da oficina mecânica) ou de 10 fontes oficiais para superar minimamente o total de tempo que ele ocupa na narrativa.

Só com a denúncia de Gatto e a aparição do mesmo (o ex-chefe de gabinete aparece em 1 minuto e 09 segundos, 7% do tempo total) a reportagem não teria tanto peso jornalístico para o restante do país, e não teria a capacidade de agendar o que seria falado no Amapá e no Rio Grande do Sul no dia seguinte. A narrativa jornalística, já previamente agendada por Gatto, teve o trabalho de reunir informações e fontes para transformar um dado local em um debate nacional acerca das ilegalidades cometidas no Brasil pela classe política e por quem se beneficia dela. A reportagem, para tornar o tema com abrangência nacional, faz o que será chamado aqui de "segundo agendamento". Existiu um primeiro agendamento, onde quem agendou o tema foi a fonte Neuromar Gatto por seu papel disparador já citado. Este segundo agendamento colocou perante a sociedade, em meados de 2015, um fato novo sobre a corrupção (até então) e que de certo modo não era debatido de forma aberta entre a população. O "segundo" agendamento teve o poder de contribuir para projeção do acontecimento

envolvendo Basegio na agenda pública e fez com que a sociedade, internamente, se renovasse, criasse mecanismos contra os desvios de dinheiro e etc. No caso específico de Basegio, o mandato de deputado estadual foi cassado pelos colegas de Assembleia Legislativa, fato inédito até então e que, desde que a exibição da reportagem, não se repetiu.

Quando esta monografia ainda estava em fase de desenvolvimento, na matéria anterior ao trabalho de conclusão de curso, ainda em 2016, uma questão foi peça chave para decidir o tema aqui proposto: Quem pauta quem? O jornalista ou a fonte? Ao final desta pesquisa, além das questões que a motivaram, surgiram outras sobre como as fontes jornalísticas influenciam o jornalismo. Não somente no JI, que é de interesse da autora, mas no jornalismo como um todo. As fontes jornalísticas usadas em uma reportagem podem ser indicadoras de qualidade? Qualidade da reportagem? Da emissora que a veiculou? São diversos os questionamentos que podem ser propostos em outros estudos e esta pesquisa se deteve apenas a entender uma pequena parte do processo jornalístico que envolvem as fontes. Um deles, já pincelado pela autora, é dessa segunda etapa de agendamento, que ocorre não a partir da fonte, como fica evidenciado nesta pesquisa: mas sim pelo próprio jornalista que, após a publicação de uma reportagem, troca de papel e passa a agendar outros veículos e profissionais. E não apenas isso: uma denúncia pode agendar o debate público sobre gastos e corrupção num país no qual o Estado exerce grande influência no cotidiano dos indivíduos. Por isso, estudar as etapas do agendamento dentro do processo jornalístico é necessário para entender como uma reportagem tem o poder de pautar o debate público.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Rodrigo Miquel. *La construcción de la noticia.* 1ª ed. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1989.

BISTANE, Luciana, BACELLAR, Luciane. *Jornalismo de TV.* São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO et al. *Reportagem de TV: como fazer, como produzir e como editar.* 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

DA Silva Junior, José Afonso, dos Santos Melo, Mônica, Procópio, Pedro Paulo, *Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação* Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação 2008, 31 (Julio-Diciembre) Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830990011>> ISSN 1809-5844> Acesso em: 05 de junho de 2017

FENAJ. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.* 2007. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf Acesso em: 05 de junho de 2017

FERNANDES, Juliana de Brum. *A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas.* Razón y Palabra. México, 2003. Disponível em www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html Acesso em: 05 de junho de 2017

FERREIRA, Brunella Menezes. *Viagem pela grande reportagem televisiva: o desafio do jornalismo investigativo da Rede Globo no Brasil (1997-2007) :* Porto, 2010. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1650/2/Dissertação%20de%20Mestrado%20Brunella.pdf> Acesso em: 05 de junho de 2017

FORTES, Leandro Boavista. *Jornalismo Investigativo.* São Paulo: Contexto, 2005 (Coleção Comunicação)

GRUPO RBS. *Grupo RBS tem dois jornalistas mais premiados da história.* 2017. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/noticias/2017/01/11/grupo-rbs-tem-dois-jornalistas-entre-os-mais-premiados-da-historia/> Acesso: 05 de junho de 2017

HENN, Ronaldo César. *A pauta e a notícia: uma abordagem semiótica.* Canoas: Ed. ULBRA, 1996.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.* 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, Dirceu F. *Jornalismo Investigativo.* São Paulo: Publisher do Brasil, 2002.

MARTINS, de Andrade Gilberto. *Estudo de Caso: uma Estratégia de Pesquisa.* São Paulo: Editora Atlas, 2008.

McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública* / Maxwell McCombs; tradução de Jacques A. Wainberg. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 – (Coleção Clássicos da Comunicação Social)

Memória Globo. *Formato do programa Fantástico*. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/fantastico/formato.htm> Acesso em: 05 de junho de 2017

NASCIMENTO, Solano. *Os Novos Escribas*. Porto Alegre :Arquipélago Editorial LTDA, 2010.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 3ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

REPORTERS LAB. *International fact-checking gains ground, Duke census finds*. 2017. Disponível em: <https://reporterslab.org/international-fact-checking-gains-ground/> Acesso em 12 de abril de 2017

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980 (Coleção primeiros passos)

SCHMITZ, Aldo Antonio: *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. *Jornalismo Além da Notícia*. Londrina: Editora Facos, 2003.

HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C, FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TRAQUINA, Nelson. *A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, V.II, 3ed. rev. 2013.

_____. *Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 3ed. rev. 2012.